



O CUSTO DA IGNORÂNCIA: A REALIDADE DOS ESTUDANTES TRANSSEXUAIS EM UM MUNDO IGNORANTE

GT3: Educação e Diversidades Culturais

Trabalho completo

Patricia Simone da Silva CARVALHO 1 (Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Estudos da Cultura Contemporânea/UFMT)

e-mail: patricia.carvalho4@hotmail.com

Marcia Cristina Verdego GONÇALVES 2 (Técnico Administrativo Educacional/SEDUC/MT)

e-mail: marciaverdego@hotmail.com

Resumo

Esse trabalho objetiva-se discutir a importância da inclusão de alunos transexuais na conquista e formação de novos direitos visando à transformação do status quo vigente e a superação de preconceitos de sexos. A luta levantada pelos atores sociais de diferentes faixas etárias e níveis econômicos, sociais e culturais caracterizou a mobilização nacional e local que ganhou corpo na resolução. A metodologia utilizada é a análise de bibliográfica, utilizando como o método a análise de conteúdo de Bardin (2011). Como conclusão, pode-se entender como gênero e sexualidade são construídos por nós desde idade escolar, e como reproduzimos o que aprendemos.

Palavras Chave: Diversidade. Educação. estudantes transexuais.

Introdução

A inclusão de estudantes transexuais na escola é um tema cada vez mais presente nos debates contemporâneos sobre educação. A busca por uma escola mais justa e equitativa passa necessariamente pelo reconhecimento e respeito à diversidade de gênero, incluindo a identidade de gênero de estudantes transexuais.

A transexualidade consiste no exercício do direito ao próprio corpo e à intimidade que o reserva. A maioria dos transexuais apresentam conflitos de identidade desde a infância. A sua sexualidade psíquica difere do seu sexo anatômico desde as características primitivas até as secundárias. Para muitos, torna-se uma necessidade a mudança de sexo por apresentarem uma situação que acarreta a automutilação e o suicídio.

A discussão sobre a ignorância em relação a estudantes transexuais é crucial para



compreender os desafios que essa população enfrenta no ambiente escolar e para promover a construção de espaços mais inclusivos e respeitosos. Segundo Antônio Chaves (1977, p. 153): “[...] Ele aceita mudar muita coisa, menos o seu sexo psicológico. Por isso, ‘apresenta uma determinação obsessivo-compulsiva para se submeter à operação. Na verdade, o sexo para ele é secundário e os seus órgãos genitais não são o centro do erotismo. [...]”.

No caso do/da transexual ele/ela busca a cirurgia para se realizar psicologicamente, pois é uma pessoa que não se identifica com seu sexo biológico, sendo necessário a mudança para a felicidade e bem estar, pois, já apresenta conflitos de identidade de gênero desde a infância.

Quando prefere se vestir como o sexo biológico oposto, opta por brincadeiras ou brinquedos do gênero oposto, afirma que é ou que gostariam de ser do sexo oposto. Na adolescência esses conflitos de gênero acabam. Por outro lado, esse anseio de pertencer ao outro gênero pode surgir também na adolescência ou já na fase adulta, pois o indivíduo transexual que apresente desconforto com o sexo anatômico, vontade expressa de extinguir as genitais e as características primárias e secundárias que o fazem pertencer a sexo natural.

O paciente para a cirurgia deve submeter-se pelo período mínimo de dois anos, a avaliação médica multidisciplinar, composta por psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social. Além disso, deve ser diagnosticado pelo médico, como transexual, ser maior de 21 (vinte e um) anos e não apresentar características físicas inapropriadas para a realização cirúrgica. O ato deve ser praticado com o consentimento livre e esclarecido, sendo que no Brasil já está sendo oferecida a cirurgia pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

Embora o tema da transexualidade já faz parte do nosso cotidiano por meio da mídia e de discussões acadêmicas, tem despertado também o interesse dos profissionais da educação. Assim, estudar a relação entre transexualidade e escola na contemporaneidade, parece ser algo partilhada por uma grande parte da população de pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais entre outras expressões de gênero e de sexualidade (LGBTQIA+). Segundo dados do Grupo Gay da Bahia (GGB), o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Somente em 2016 foram 127 casos (1 a cada 3 dias) e, como afirmaram, a expectativa de vida é de 35 anos (GGB, 2017).

Diante dessa realidade, a escola, enquanto espaço de socialização e aprendizado, desempenha um papel fundamental na formação de cidadãos. É no ambiente escolar que os estudantes desenvolvem sua identidade, aprendem a conviver com as diferenças e constroem suas relações sociais. No entanto, para estudantes transexuais, a escola pode ser um espaço

de acolhimento quanto um ambiente hostil, dependendo de como a instituição e a comunidade escolar lidam com a diversidade de gênero.

1. Entendendo a transexualidade: conceitos e realidades

O termo "transexual" surgiu em um contexto histórico peculiar. Em 1949, o médico D. O. Caudwell o introduziu em um artigo publicado na revista *Sexology*, uma publicação erótica da época que, devido ao seu conteúdo explícito, foi banida pelos correios dos Estados Unidos. Essa revista, financiada pelo mesmo editor de publicações como *Science Fiction* e *Sports Illustrated*, representava um ambiente marginalizado e pouco convencional para a discussão sobre temas como a sexualidade e a identidade de gênero.

O psiquiatra Harry Benjamin, pioneiro da endocrinologia nos Estados Unidos, cunhou o termo "transexualismo" em 1953. Após uma carreira consolidada, Benjamin dedicou-se ao estudo da transexualidade, definindo-a como um distúrbio psíquico caracterizado pela convicção inabalável de pertencer ao sexo oposto.

De acordo com Roudinesco e Plon (1998), o transexualismo era concebido como um distúrbio psíquico que impulsionava o indivíduo a buscar a alteração de seu sexo anatômico por meio de cirurgia, a fim de harmonizar corpo e mente. Essa definição, embora datada, reflete a compreensão da transexualidade em um determinado período histórico.

Assim, o transexual masculino tem a convicção de ser uma mulher, embora, anatomicamente seja um homem normal. Do mesmo modo, a mulher transexual está convencida de ser homem, embora seja mulher em termos anatômicos (Roudinesco & Plon, 1998, p. 765).

É importante reconhecer que a experiência da transexualidade é diversa e não se limita a uma dicotomia homem/mulher. Ou seja, as as pessoas transexuais tem o direito das pessoas de autodeterminarem sua identidade de gênero.

A transexualidade, como definida por Susan Stryker (2008), é uma experiência histórica e política, moldada por contextos sociais e culturais específicos. Já Judith Butler (2013) nos lembra que o gênero é performativo, e a identidade de gênero de uma pessoa transexuais é construída através de uma série de atos e práticas. As experiências transexuais são marcadas por interseccionalidades, ou seja, pela combinação de múltiplas formas de opressão, como racismo, classismo e transfobia.

Em um marco importante para a comunidade transexuais brasileira, o Conselho Federal de Medicina, através da Resolução 1482/97, reconheceu o direito de pessoas



transexuais à cirurgia de redesignação sexual em hospitais públicos universitários. Essa decisão, tomada em 1997, foi motivada pela busca por tratamentos que promovessem a saúde mental e a qualidade de vida dessas pessoas, alinhando o corpo à identidade de gênero. Para garantir a segurança e a efetividade do procedimento, a resolução estabeleceu a necessidade de acompanhamento psiquiátrico pré-operatório de no mínimo dois anos.

A compreensão da transexualidade passou por significativas transformações nas últimas décadas. O que antes era visto como um distúrbio mental, hoje é reconhecido como uma variação natural da identidade de gênero. A Organização Mundial da Saúde (OMS) retirou a transexualidade da Classificação Internacional de Doenças (CID), evidenciando a mudança de paradigma e a despatologização dessa condição. Atualmente, a transexualidade é compreendida como a incongruência entre o sexo atribuído ao nascimento e a identidade de gênero sentida pela pessoa. Essa nova perspectiva valoriza a autodeterminação e a autonomia das pessoas trans, que têm o direito de viver de acordo com sua identidade de gênero, incluindo o acesso a tratamentos hormonais e cirúrgicos, se assim desejarem.

Ou seja, a transexualidade é a condição em que a identidade de gênero de uma pessoa diverge do sexo que lhe foi atribuído ao nascimento. Em outras palavras, uma pessoa transexual se identifica com um gênero diferente daquele que está associado aos seus órgãos sexuais. Essa identidade de gênero profunda e duradoura é uma parte essencial de quem a pessoa é e não pode ser alterada. A transexualidade não é uma escolha, mas sim uma característica inerente à pessoa. É importante ressaltar que a transexualidade não é uma doença mental, mas sim uma variação natural da experiência humana.

Apesar dos avanços, a comunidade trans ainda enfrenta desafios como a discriminação, a violência e a falta de acesso a serviços de saúde adequados. A luta por direitos e reconhecimento continua sendo fundamental para garantir uma sociedade mais justa e inclusiva para todas as pessoas.

Vimos que a compreensão da transexualidade evoluiu ao longo do tempo. Historicamente, a transexualidade era frequentemente patologizada e tratada como um distúrbio mental. No entanto, com o avanço dos estudos de gênero e a luta por direitos, a transexualidade é cada vez mais reconhecida como uma variação normal da experiência humana.

A ignorância sobre a transexualidade tem alimentado a transfobia, resultando em altas taxas de violência e suicídio entre pessoas trans. É fundamental que a sociedade como um todo se engaje na luta contra a discriminação, promovendo a educação e o respeito à diversidade de gênero. Ao criar ambientes mais inclusivos e acolhedores, podemos construir um futuro

onde todas as pessoas possam viver suas vidas com dignidade e respeito.

A inclusão de pessoas transexuais, principalmente o público estudantil tem sido fundamental para desconstruir estereótipos e promover a inclusão de pessoas transexuais em todos os âmbitos da sociedade, incluindo a família, o trabalho e a educação..

2. Escola para todos: a importância da inclusão de estudantes transexuais

É imprescindível discutir a invisibilidade da transexualidade dentro do ambiente escolar. Estudantes transexuais são discriminadas/os e agredidas/os em um dos principais lugares que deveria lhes oferecer maior apoio e conforto, levando à evasão escolar (Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos, ABGLT/2016). Faz-se necessária atenção à perseguição com maior força que a comunidade LGBTQIA+ tem sofrido no governo conservador e reacionário pós eleições de 2018, uma vez que não é camuflado o ódio e preconceito contra esse grupo populacional.

Quando as pessoas têm uma identidade de gênero que não corresponde ao sexo biológico, por exemplo, se reconhecem homem e têm vulva/vagina, são consideradas homens transexuais, ou, quando se reconhecem mulher e têm pênis, são consideradas mulheres transexuais e/ou travestis¹. Isso posto, tanto a transexualidade quanto a travestilidade são construções identitárias localizadas no campo do gênero (BENTO, 2008).

Quando as pessoas se identificam como travestis, muitas são associadas ao pecado e à marginalidade; quando se identificam como transexuais, são associadas à patologia. Essas associações são decorrentes do caráter histórico, político e social das identidades. O termo travesti, por exemplo, “é antigo, muito anterior ao conceito de ‘transexual’ e, por isso, muito mais utilizado e consolidado em nossa linguagem” (JESUS, 2012, p. 16), sendo quase sempre citado como sinônimo de “imitação”, “engano” ou de “fingir ser o que não se é”.

A relação entre a vivência transexual e a escola a cada dia ganha novos contornos,

1 Segundo a ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) Travestis são pessoas que vivem uma construção de gênero feminino, oposta à designação de sexo atribuída no nascimento, seguida de uma construção física, de caráter permanente, que se identifica na vida social, familiar, cultural e interpessoal, através dessa identidade ¹



transformando-se numa questão a ser estudada e também superada dentro do ambiente escolar. A partir disso, percebeu-se a necessidade de analisar a produção científica brasileira a respeito das vivências transexuais no espaço escolar.

Portanto, é necessário que as produções sobre o tema transexualidade e educação sejam mapeadas e analisadas, para que seja lembrado o quanto a escola ainda é um ambiente hostil, que cria e reproduz violências e preconceitos. Miskolci (2017) argumenta que todos os indivíduos aprendem com a violência que permeia o âmbito escolar, tanto o discriminado quanto aqueles e aquelas que o cercam e observam. Junqueira (2009) também apresenta a heteronormatividade como aquela que não apenas constrói indivíduos como os controla. Porém, antecedendo estes, Louro (1997) já coloca, em seu texto, que a homossexualidade é apagada da escola na tentativa de combatê-la.

Ao mesmo tempo sabemos o quanto os indivíduos são tocados pelas experiências vividas na escola, não apenas pessoas pertencentes à comunidade LGBTQIA+, como também heterossexuais. Uma vez que na escola se aprende como se deve ou não ser, agir e pensar.

Sabemos que as ações de inclusão e permanência devam ser pensadas e efetuadas por parte do Governo, os espaços educacionais podem e devem se organizar para contribuir com tais ações.

Ressaltando novamente que é nesses mesmos espaços que a violência, preconceito e discriminação acontecem, contribuindo para evasão escolar, é imprescindível que nesses mesmos espaços esta situação se transforme e mude, tornando o ensino básico e superior como devem ser, gratuitos, de acesso a todos/as, e dignos.

Louro (1997) defende que, para que consigamos enxergar estudantes que sofrem com essas distinções na escola, precisamos admitir que a escola não somente transmite conhecimentos, mas que é um lugar que fabrica pessoas, cidadãos:

[...] se reconhecermos que essas identidades de gênero, classe e étnicas estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão; então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades (LOURO, 1997, p. 85).

A escola é o espaço onde os indivíduos se expressam e expressam suas vontades, a partir do momento em que esse ambiente possa essas expressões e as coloca como erradas,



está descumprindo com seu papel de instituição coletiva. É necessário que as inúmeras situações de violência sejam analisadas e que os preconceitos sejam repudiados, de modo que os diferentes conhecimentos compartilhados nesse ambiente sejam reconstruídos.

Em que pese diversas medidas adotadas para melhorar escolas que não sabem como se adequar à resolução que beneficia estudantes transexuais, as escolas não tem conseguido ofertar um ensino inclusivo, adequado, célere e eficaz, o que pode implicar na descrença e no enfraquecimento do Estado Democrático de Direito na medida em que favorece o raciocínio de que a lesão aos direitos não será eficazmente enfrentada.

O fato é que a explosão na demanda e da inclusão exige medidas sérias e comprometidas de modo a melhorar a prestação de serviços públicos. Todavia, para se definir as políticas adequadas que levem à eficiente prestação da educação de qualidade, urge previamente conhecer as causas do problema, para na sequência, se buscar as soluções.

No entanto, o enfrentamento deste grave problema não é uma tarefa fácil. Sendo assim, fazem-se necessários maiores investimentos científicos no Brasil e no Estado de Mato Grosso, para que se possa ter uma visão ampliada, fiel, e atual sobre questões da população Lgbtqia+ de na elaboração de abordagens mais eficazes e adequadas para esse público e/ ou toda sociedade.

Considerações finais

A proposta desse trabalho foi discutir sobre a falta de soluções que visam a erradicação das exclusões vem sendo mantida desde o sistema colonial que ignora as questões de gênero. Ao longo da história a chamada noção de ignorância defendida por Charles Mills (2007), contribuiu para a manutenção do poder, prejudicando sistematicamente a parte mais pobre da população.

Sabe-se que a desconstrução da ignorância sobre questões transexuais pode ocorrer por meio da educação. É preciso investir em programas de educação sobre diversidade de gênero, tanto para estudantes quanto para professores e funcionários escolares.

Tornar-se importante também a criação de espaços seguros para o diálogo e a escuta das experiências de estudantes trans. Ao dar voz a essas experiências, podemos desmistificar estereótipos e promover a empatia.

E a implementação de políticas públicas que garantam os direitos e a inclusão de

estudantes transexuais nas escolas é fundamental. Essas políticas devem abordar questões como o uso do nome social, o acesso a banheiros e vestiários adequados, e a prevenção de bullying e discriminação.

Enfim, preciso ressaltar que a inclusão de estudantes transsexuais é um direito e não um favor. Ao garantir que todos os estudantes se sintam seguros e acolhidos, estamos contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária para todos.

A inclusão de estudantes transexuais na educação básica é um desafio e uma oportunidade para a construção de escolas mais justas e equitativas. O reconhecimento e o respeito à identidade de gênero desses estudantes são cruciais para garantir seu bem-estar emocional e social. A compreensão da transexualidade como uma variação normal da experiência humana é fundamental para superar a ignorância e construir um futuro mais justo para todas as pessoas.

Referencias bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL, Brasil continua líder no ranking de países que mais mata transexuais no mundo. **Dados da ONG Transgender Europe** - Publicado em HuffPost Edição BR – 2018. Disponível em: https://www.huffpostbrasil.com/2018/11/14/brasilcontinua-lider-no-ranking-de-paises-que-mais-mata-transexuais-diz-ong_a_23589407/ Acesso em: 30 set. 2023.

ALVES, Cláudio Eduardo Resende. **Um nome sui generis: implicações subjetivas e institucionais do nome (social) de estudantes travestis e transexuais em escolas municipais de Belo Horizonte/MG**. 2016. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica de Minas gerais. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Psicologia_AlvesCE_1.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). Disponível em: <https://antrabrasil.org/sobre/>. Acesso em 20 de ago 2024.

ANDRADE, Luma Nogueira de. Travestis na escola: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. **Tese (Doutorado em Educação Brasileira)**. Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, 2012.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. **Dicas para Travestis e mulheres trans profissionais do sexo em tempos de COVID-19**. 2020. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/03/dicas-profissionais-dosexo-antra.pdf> Acesso em: 15 set. 2023. Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Secretaria de Educação. Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015:



as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: 2016. Disponível em:
<http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf> Acesso em: 30 set. 2023.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BRASIL. Lei nº 8069, de 13 de julho de 1990. **Estabelece sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente**.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, n. 2, 2011, p. 548-559.

CHAVES, Antônio. **Direiros à vida, ao próprio corpo e às partes do mesmo (transplantes). Esterilização e operações cirúrgicas para “mudança de sexo”**. Direito ao cadáver e a partes do mesmo. R. Inf. Legisl. Brasília, 1977, 44 p.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. São Paulo: Cortez, 1991. (Biblioteca da educação, Série 1. Escola; v. 16).

DESLANES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu; MINAYO, Maria Cecília de Souza. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

DINIZ, Débora. Ética na pesquisa em ciências humanas: novos desafios. In: **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 13, n. 2. **Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca**. Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, mar-abr/2008, p. 417-426.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/csc/a/QDNVw9nGF7X7b8Kf4LNvRVs/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso em: 15 set. 2023.

DUARTE, Francisco Ednardo Barroso. **As representações sociais de universitários de sexualidades LGBT sobre seus processos de escolarização e as implicações em seus projetos de vida**. 2015. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Pará. Belém, 2015.

Disponível

em:

http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/8380/1/Tese_RepresentacoesSociaisUniversitari os.pdf. Acesso em: 10 out 2023.

FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda (organizadoras). **Serviço social: Temas, textos e contextos**. – 4. ed. – Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2013.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas intersexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. 2. ed. Brasília,



2012. Disponível em: <http://www.diversidadeseexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf> Acesso em: 22 set. 2023

JUNQUEIRA, Rogério. D. (org.) Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In **_. Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas.** Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1997.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. **Orientações Básicas para a Pesquisa.** São Paulo, 2005.

MINAYO, Maria Cecília Souza e SOUZA, Edinilsa Ramos. **Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva.** História, ciências, saúde. São Paulo: Manguinhos, 1998.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 3. ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2017.

ROUDINESCO, E., & Plon, M. (1998). **Dicionário de psicanálise.** V. Ribeiro & L. Magalhães (Trads.), M. A. C. Jorge (Ed.). Rio de Janeiro: Zahar.

SILVA, Luciano Marques da. **Trajetórias de alunos e alunas transgêneros na educação de jovens e adultos do município de Nova Iguaçu.** 2015a. 152 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar de Nova Iguaçu, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Nova Iguaçu,

2015a. Disponível em: <https://tede.ufrj.br/jspui/bitstream/jspui/4378/2/2015%20-%20Luciano%20Marques%20da%20Silva.pdf>. Acesso em: 07 outubro. 2023.

SIMÃO, Andréa Branco; SOUZA, Robson Sávio Reis. Pesquisa em Serviço Social: Reflexões sobre os desafios para a formação e atuação profissional. In: **Revista Trimensal de Serviço Social**, Ano XXIX – n. 96 – Novembro 2008. São Paulo: Cortez, 2008.

STRYKER, Susan. **Transgender history.** Berkeley, CA: Seal Press, 2008

VEDANA, Kelly Graziani Giacchero. **Mídias sociais e suicídio.** In: SMAD, Rev. Eletrônica Saúde Mental Álcool Drog. 2018 Out. – Dez.